



OS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS CAUSADOS POR EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS NA AMAZÔNIA: E OS ATINGIDOS POR BARRAGENS DA GLEBA MERCEDES EM SINOP/MT

Rozivaldo Barros de Souza

RESUMO

O texto tem o propósito de apresentar uma discussão acerca dos conflitos socioterritoriais causados por empreendimentos hidroelétricos na Amazônia, a iniciar pelas usinas hidrelétricas de Tucuruí (PA) e Balbina (AM), no norte do país, construídas na década de 1970, por meio de políticas públicas como o Programa de Integração Nacional (PIN) e, nos anos 2000 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para a implantação do complexo hidrelétrico de Teles Pires, composto por cinco Usinas Hidrelétricas na bacia do rio Teles Pires no norte do estado de Mato Grosso. O objetivo é analisar os atuais desdobramentos dos conflitos socioterritoriais de centenas de famílias promovidos pelas políticas do setor elétrico, que estão sendo implantadas nessa área. A pesquisa foi direcionada para uma abordagem teórico dialético, a partir de leituras bibliográficas e documental, a partir das obras de Barbosa (1988), Fiorelo Picoli (2005) sobre a ocupação da Amazônia Legal; Souza (2017), Soares (2016), Soares (2016), Gonçalves (2007), MAB (2013), que debatem a atual situação das UHE's já implantadas e em processo de implantação na bacia do rio Teles Pires. A pesquisa é qualitativa, embora sejam utilizados dados quantitativos, que apresentam impactos ambientais e sociais na área da bacia.

Palavras-Chave: Hidrelétricas. Conflitos socioterritoriais. Amazônia. Teles Pires. Resistência.

THE SOCIOTERRITORIAL CONFLICTS CAUSED BY THE HYDROELECTRIC COMPANIES IN THE AMAZON: AND THE AFFECTED BY THE FIRES OF THE GLEBA MERCEDES IN SINOP / MT

ABSTRACT

The text aims to present a discussion about the socio-territorial conflicts caused by hydroelectric projects in the Amazon, starting with the hydroelectric plants of Tucuruí (PA) and Balbina (AM), in the north of the country, built in the 1970s, through public policies such as the National Integration Program (PIN) and, in the 2000s, the Growth Acceleration Program (PAC), for the implementation of the Teles Pires hydroelectric complex, composed of five hydroelectric plants in the Teles Pires river basin in the north of state of Mato Grosso. The objective is to analyze the current developments in the socio-territorial conflicts of hundreds of families promoted by the policies of the electricity sector, which are being implemented in this area. The research was directed towards a theoretical dialectical approach, based on bibliographic and documentary readings, based on the works of Barbosa (1988), Fiorelo Picoli (2005) on the occupation of the Legal Amazon; Souza (2017), Soares (2016), Soares (2016), Gonçalves (2007), MAB (2013), who discuss the current situation of the HPP's

already implemented and in the process of being implemented in the Teles Pires river basin. The research is qualitative, although quantitative data are used, which have environmental and social impacts in the basin area.

Keywords: Hydroelectric plants. Socioterritorial conflicts. Amazon. Teles Pires. Resistance.

LOS CONFLICTOS SOCIOTERRITORIALES CAUSADOS POR LAS EMPRESAS HIDROELÉCTRICAS EN LA AMAZONÍA: Y LOS AFECTADOS POR LAS PRESAS DE LA GLEBA MERCEDES EN SINOP/MT

RESUMEN

El texto tiene el propósito de presentar una discusión sobre los conflictos socio-territoriales causados por proyectos hidroeléctricos en la Amazonía, comenzando con las plantas hidroeléctricas de Tucuruí (PA) y Balbina (AM), en el norte del país, construidas en la década de 1970, hasta políticas públicas como el Programa Nacional de Integración (PIN) y, en la década de 2000, el Programa de Aceleración del Crecimiento (PAC), para la implantación del complejo hidroeléctrico Teles Pires, compuesto por cinco plantas hidroeléctricas en la cuenca del río Teles Pires en el norte de estado de Mato Grosso. El objetivo es analizar los desarrollos actuales de los conflictos socio-territoriales de cientos de familias promovidos por las políticas del sector eléctrico, que se están implementando en esta área. La investigación se dirigió a un enfoque teórico dialéctico, basado en lecturas bibliográficas y documentales, basado en los trabajos de Barbosa (1988), Fiorelo Picoli (2005) sobre la ocupación de la Amazonía Legal; Souza (2017), Soares (2016), Soares (2016), Gonçalves (2007), MAB (2013), quienes analizan la situación actual de los UHE ya implementados y en proceso de implementación en la cuenca del río Teles Pires. La investigación es cualitativa, aunque se utilizan datos cuantitativos, que tienen impactos ambientales y sociales en el área de la cuenca.

Palabras-Clave: Plantas Hidroeléctricas. Conflictos socioterritoriales. Amazonía. Teles Pires. Resistencia.

INTRODUÇÃO

O artigo, emerge a partir da análise dos diferentes movimentos socioterritoriais da Amazônia Matogrossense, trazendo como que se deu a produção do espaço amazônico, a territorialização do capital, que se implantou por meio da aplicação de políticas públicas dos governos militares. Logo, procura-se atentar às questões sociais e ambientais, a partir dos impactos da implantação do novo modelo de desenvolvimento implementado na região, por meio da expansão dos hidronegócios.

E por fim uma análise da situação do assentamento Wesley Manoel dos Santos, conhecido como Gleba Mercedes em Sinop-MT, propondo uma análise dos diferentes processos cotidianos de resistência ao capital nessa comunidade. Como foi constituído o seu Território, e as angústias causada pelas mudanças provocadas pela implantação dos empreendimentos hidrelétricos (UHE Sinop) na comunidade rural, e as possíveis perdas materiais e imateriais.

A pesquisa se deu a partir dos depoimentos de diferentes sujeitos que a compõem, a população do assentamento. Cabe destacar que esse espaço possui diferentes pautas de lutas, a

saber; a terra, a moradia, o acesso às linhas de crédito, acesso ao conhecimento, à escola e à melhor qualidade de vida e principalmente, a permanência na terra.

Foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, documental (fontes primárias e secundárias) e de campo. A abordagem é essencialmente qualitativa.

Os procedimentos realizados foram: leituras bibliográficas sobre o tema em questão; levantamento documental. Buscar-se-á os principais documentos de autores que tratam da questão da ocupação territorial do Norte do estado de Mato Grosso; conversas informais e aplicação de questionário semiestruturado com algumas famílias atingidas diretamente pela UHE Sinop no assentamento Wesley Manoel dos Santos (Gleba Mercedes). Pelo o envolvimento com o campo de pesquisa, utilizei a pesquisa participante, que é caracterizada pelo envolvimento do pesquisador e dos pesquisados

O PROCESSO HISTÓRICO DE COLONIZAÇÃO DA REGIÃO NORTE DE MATO GROSSO

O processo histórico de colonização da região norte de Mato Grosso foi marcado por conflitos socioterritoriais provocado pelo avanço do capital. Esse processo é promovido por um suposto desenvolvimento do país, alicerçado no discurso da necessidade da produção de alimento (discurso do agronegócio). O Estado é seu principal promotor, por meio de suas agências e políticas públicas na mediação de conflitos sociais, históricos e políticos que caracterizaram o início da colonização da região norte do estado.

No entanto, a territorialização do capital se dá com maior intensidade a partir das políticas de modernização do território, inauguradas por meio das políticas públicas dos governos militares pós-64, como o Programa de Integração Nacional (PIN) sancionado por meio do Decreto Lei nº 1106 de 1970 que, segundo Barbosa (1988, p.05) tinha interesse de “integrar os grandes espaços vagos da Amazônia Legal e das regiões ainda pouco povoadas à economia nacional”.

Nesse mesmo direcionamento de aplicação das políticas públicas de ordenamento territorial, foi criado em 1971, por meio do Decreto-lei nº1.192, o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste-PRODOESTE, que tinha como ponto central a destinação de recursos para os estados da Região Centro-Oeste. Esse processo foi fundamental para o acolhimento da lógica capitalista na região, uma vez que a posição geográfica de Mato Grosso permite gozar tanto de políticas de aplicação de investimentos em áreas da Amazônia Legal, como as destinadas para os estados da Região Centro-Oeste. Desse modo, o programa visava:

Integrar esta região àquelas consideradas desenvolvidas, criando infraestrutura para o crescimento da agropecuária regional. Este projeto se viabilizou através de apoio creditício à iniciativa privada para a industrialização da carne e construção de uma rede rodoviária básica, conjugada a estradas vicinais e obras de saneamento. Os incentivos concedidos por este programa provocaram a mobilização de empresários que ao introduzirem novas tecnologias provocaram alterações na estrutura agrária regional (BARBOSA, 1988, p.05).

Em meados de 1970, o estado também passa a ser beneficiado pelo Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais (POLOAMAZÔNIA), de forma a promover a ocupação e o desenvolvimento econômico de 15 áreas da Amazônia Legal, visando apoiar o desenvolvimento de grandes projetos de iniciativa privada nos setores de pavimentação, eletrificação, colonização e pesquisa. Foram concedidos incentivos, como a isenção de impostos de exportação e importação, de circulação de mercadorias, além da venda de terrenos a preços simbólicos para a instalação de fábricas. Picoli (2006) afirma:

Este programa tornou-se um instrumento eficaz para a “acumulação capitalista”, pois através de recursos e favores por ele concedidos, grandes empresas nacionais e estrangeiras tiveram livre acesso ao campo, de forma a cumprir a meta de “produzir para exportar (PICOLI, 2006, p.38).

Neste mesmo período, o território mato-grossense também sente os efeitos da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, principalmente a partir da década 1970, quando se efetivaram as suas atividades. Esta Superintendência tinha a finalidade de “promover o desenvolvimento da Região Amazônica, criando incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e internacionais [...]” (KOHLHEPP, 2002, p.39). É esse órgão que aprova a maior parte dos projetos agropecuários, agroindustriais e de colonização que se concentrou, sobretudo, na região norte de Mato Grosso. A SUDAM e o Banco da Amazônia S/A (BASA) que a subsidia, nesta época ampliou os seus benefícios, igualmente às empresas estrangeiras, deixando as populações camponesas sem acesso à terra:

Antes de privilegiar a colonização ou o assentamento do pequeno produtor à terra, destinou a maior parte dos seus recursos à pecuária, que concorre para a concentração da terra, expropriação do campesinato e a geração de um reduzido número de empregos no campo (PICOLI, 2006, p.42).

Na atualidade, a Amazônia Mato-grossense está moldada na estrutura fundiária desigual, sobretudo pela concentração fundiária. Esse modelo fundiário foi definido ao longo dos anos, de acordo com as medidas adotadas pelos sucessivos governos, que eram apoiados

pelas oligarquias latifundiárias, negando o acesso do camponês à terra, o que, em última instância, aponta para o histórico de violência no campo.

A atuação/mediação do Estado na exploração e na ocupação da região sempre esteve presente, desde a ditadura militar até o momento atual. Durante todo esse tempo, promoveu-se a valoração da terra, a acumulação do capital, bem como, a exploração da renda fundiária, revestindo-se como solução frente a uma política econômica assentada na pressão do latifúndio, baseada na cultura de exportação (soja, milho e algodão) e nas novas relações de trabalho no campo.

Nesse sentido, a fronteira Mato-grossense, hoje, se coloca como uma fronteira para o capital, isto é, não mais como um espaço vazio capaz de absorver o camponês sem-terra, pois há muito já foi apropriada pelos capitalistas, grileiros e latifundiários que ao adquirirem grandes extensões de terras, muitas vezes as destinam apenas como reserva de valor. E quando nela produzem, a produção se volta somente à exportação e não à produção de alimentos necessários à maior parte da população que passa fome. Até mesmo os projetos de colonização se configuram como um instrumento eficaz para a acumulação capitalista na fronteira. A estratégia das empresas consiste em utilizar a força de trabalho do camponês expropriado em transferir ao estado, na medida em que induz a criação de núcleos urbanos, o ônus da montagem de infraestrutura básica, necessária ao seu processo produtivo (PICOLI, 2005, p. 90).

Os diferentes grupos sociais subalternizados, que viam neste espaço a possibilidade de realizar o seu sonho, mesmo de início, os quais tiveram acesso ao pequeno pedaço de terra, estão sendo expropriados e superexplorados pelos empresários e latifundiários locais.

Para Passos (1999, p.145), “o processo de colonização dirigida tanto pelos poderes públicos como pela iniciativa privada, se dá à custa da marginalização dos pequenos proprietários e, sobretudo, dos trabalhadores sem terra”. Santos (1993), afirma também que:

Um complexo sistema de colonização foi proposto da seguinte maneira: as áreas de colonização; os órgãos responsáveis, oficiais ou particulares, no último caso empresas ou cooperativas; o financiamento das operações de venda dos lotes pelo crédito rural; a organização de espaços em núcleos de colonização, formados por lotes rurais e urbanos; enfim os mecanismos de seleção e de preferência dos colonos parceiros (SANTOS, 1993, p. 48).

As empresas privadas de colonização, como forma de ocupação da imensa área adquirida do estado, incentivaram a vinda de pequenos agricultores, dos sem-terra do Sul e do Nordeste Brasileiro, sobretudo trabalhadores que estavam em regiões de conflitos agrários. Embora parecesse uma interessante estratégia dos governos militares por meio das políticas territoriais debatidas, após o estabelecimento destes camponeses na terra, na condição de posseiro, depois do período da derrubada da floresta para a formação dos lotes, eram expulsos

pelos grileiros com os mais diferentes mecanismos de falsificação de documentos de terras devolutas, conforme esclarece (MORENO, 2007).

Cabe ressaltar que, mesmo aqueles camponeses que obtiveram relativo sucesso na obtenção da terra e permanência, enfrentaram diferentes limitações em função da falta de assistência técnica, bem como um agroecossistema diferente daquele de origem, o que demandava a adaptação no manejo da terra.

Nesse processo, muitos destes camponeses voltaram para os seus lugares de origem, ao passo que parte dessa população contribuiu para a fundação de pequenos municípios do norte do estado, ou se mudaram para as cidades médias da região (PICOLI, 2005). A ocupação desse espaço resultou em vários conflitos agrários na região, entre camponeses e grandes latifundiários. Esses conflitos foram provocados primeiro pelas políticas desenvolvimentistas planejadas e instrumentalizadas pelo Estado, com a venda de terras baratas aos emigrantes, principalmente oriundos do Sul para exercer a atividade da pecuária e produção de grãos.

Ao serem expulsos do campo, muitos veem obrigados a se alojarem nas periferias das maiores cidades mato-grossenses, a exemplo de Sinop, Sorriso, ou Lucas do Rio Verde, locais de reprodução social. No entanto, em muitos casos, isso acontece precariamente, em função do inchaço populacional, fruto das contradições existentes na produção do espaço urbano.

Nessa condição apontada, ressalta-se, por exemplo, o município de Lucas do Rio Verde, que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, no ano de 1996, contava com uma população de 12.505 habitantes, e em 2016 aumentou para um total de 59.436 habitantes, ou seja, em vinte anos, houve um acréscimo de aproximadamente 475% (IBGE, 1996).

Como processo impulsionador da mudança no perfil populacional do município, pode-se mencionar a ampla venda de terra a empresários sulistas, a preços baixos, tornando o município, em poucos anos, um dos maiores produtores de soja e milho do Brasil. Outro fenômeno que ocorreu em Lucas do Rio Verde que impulsionou mais ainda esse inchaço, foi a instalação de uma das unidades de uma agroindústria do grupo Brasil Food, uma fusão das empresas Perdigão S.A e Sadia, que sugou mão de obra de toda a região para trabalhar nessa empresa, esvaziando as pequenas cidades da região.

Sinop, como maior município do norte do estado, foi planejada para ser a cidade polo da região, logo, o objetivo de sua criação foi atender à expansão da fronteira agrícola que estava se desenvolvendo no começo dos anos 1980, planejada pelo Estado e pelas empresas privadas de colonização. Nesse sentido, segundo dados do IBGE, no ano de 1996, o

município possuía 53.959 habitantes, número que, em 2016, apresentava 132.934, um crescimento mais que o dobro da população do primeiro período (IBGE, 1996). Segundo estimativa do IBGE, em 2019, a população de Sinop já chega a cerca de 200 mil habitantes (IBGE, 2018).

O desenvolvimento econômico de Sinop foi impulsionado pelas empresas madeireiras que cumprem com a primeira fase da investida capitalista na região, com o aproveitamento econômico de madeiras. A segunda etapa, já com a floresta suprimida, como mecanismo de justificar a primeira, projeta-se a pecuária e a monocultura extensiva, que vão servir ao mercado mundial, inserindo a região em outra trama da escala geográfica. Atualmente Sinop tem ampla oferta de emprego, resultante da dinâmica de sua economia que a transformou em centro da economia regional, com o setor do comércio estruturado, com prestação de serviços diversos, assim como importante polo universitário, que oferece grande variedade de cursos, atraindo estudantes da região e de outros estados.

Cabe destacar que esses números apresentados dos índices populacionais. Esses municípios se constituem como importantes polos de recepção de migrantes, seja na condição permanente ou na condição de sazonalidade, em função do trabalho na lavoura do agronegócio

ALGUMAS NOTAS ACERCA DO POTENCIAL DA AMAZÔNIA PARA OS MEGA INVESTIMENTOS NO SETOR ELÉTRICO

A Amazônia é um espaço muito complexo, pois ali se encontram culturas, costumes, etnias e simbologias que podem ser observados sob diferentes pontos de vista. Essa região teve um papel muito bem definido desde o período de sua colonização: o de ser fornecedora de matéria-prima para o restante do Brasil e para o mundo. Ao longo do seu processo de colonização, passou por várias investidas do capital em diferentes ciclos econômicos, desde o extrativismo da borracha, a especulação e mercantilização da terra, que, por sua vez, contribuiu pelo longo período do ciclo da madeira, e atualmente pelo período da pecuária e do agronegócio.

Amazônia está passando por novo processo de investida do capital, a mercantilização da água para a obtenção de energia hidrelétrica. A Região da Amazônia Legal concentra quase metade de toda água subterrânea potável do país (LEITÃO, 2011), portanto, uma riqueza hídrica imensurável, pelas suas características geomorfológicas, pelos seus rios de

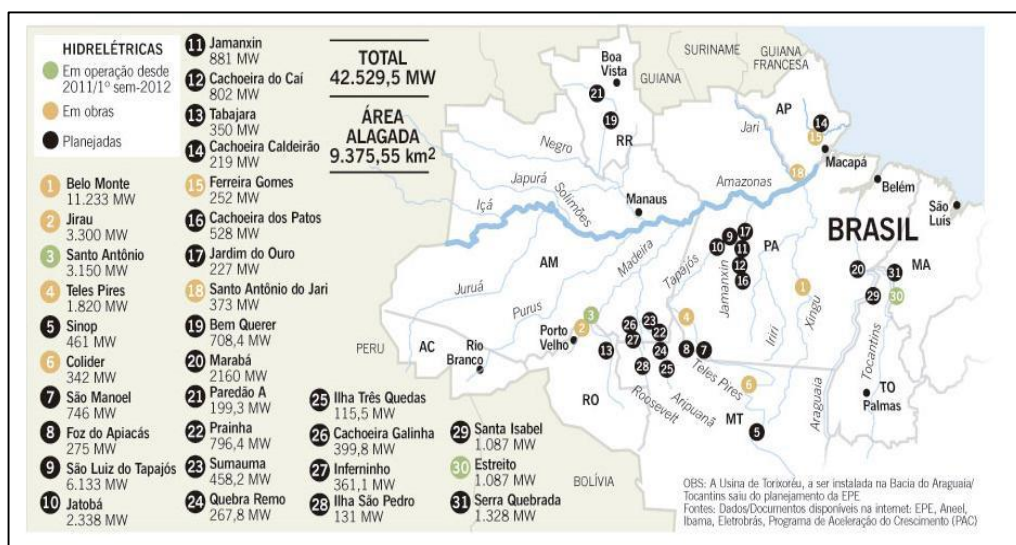
planície, nas quais vivem em suas margens povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas e camponeses, configurando como uma região sociocultural e economicamente complexa e sensível.

A partir da década de 1980, com a privatização do setor elétrico brasileiro e o aumento dos investimentos, principalmente por parte de empresas multinacionais, vários projetos de hidrelétricas planejados para a Amazônia foram postos em prática. Segundo Souza (2017):

As construções desses empreendimentos na Amazônia atingem áreas de reservas ambientais, locais com alto grau de biodiversidade, com espécies endêmicas e raras. Espécies de peixes de interesse econômico tendem a sumir, pois a grande maioria das espécies de peixes necessita de água corrente, em função da oxigenação da água. Logo, a água parada dos lagos artificiais afeta a sua reprodução e a ecologia local, causando grande desequilíbrio e mortandade, afetando a base alimentar e econômica de comunidades indígenas, ribeirinhos e pescadores, os quais tem o rio como seu meio de vida (SOUZA, 2017, p.19)

Segundos dados da Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE, 2014, p.33) para a Amazônia, o governo tem planejado a construção de mais de “100 Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)”. Analisando o infográfico disponível no site da EPE (Figura 1), apenas com a execução do projeto de construção de 24 usinas (sem contar com as usinas em operação ou em obras) serão barrados praticamente todos seus principais rios que são possíveis para a obtenção de energia elétrica, como o rio Madeira; Xingu; Tapajós; Araguaia; Tocantins; Teles Pires; Juruena e alguns de seus afluentes.

Figura 1 – Infográfico das usinas hidrelétricas em operação, em obras e planejadas na Amazônia brasileira.



Fonte: EPE,2018.

A EPE é um órgão do Governo, ligado ao Ministério de Minas e Energia (MME), criado em 2004 para gerir e planejar novo modelo institucional do Setor Elétrico e tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, como carvão mineral (MME, 2014).

Esta instituição também é responsável por realizar os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) das obras, além de estudo de Impacto Ambiental (EIA), assim como elaborar planejamentos e estudos referentes às questões energéticas e a organização do Plano Decenal de Energia (PDC), procurando estimar todas as questões relacionadas à energia num período de 10 anos (MME, 2014).

No Plano de Desenvolvimento Econômico (PDE) 2014-2023, estão previstos investimentos globais em torno de “1,3 trilhão de reais, dos quais 23,8% é destinado à oferta de energia elétrica oriunda da hidroeletricidade, ampliando a capacidade instalada de geração de energia de 124,8 para 195,9 giga-watt(GW)” (EPE, 2014, p.34). A Região Amazônica vai receber grande parte desse investimento por concentrar a maior expansão na geração de energia, passando de “12% no ano de 2013 para 23% no ano de 2023, um aumento de 31GW de expansão” (EPE, 2014, p.34).

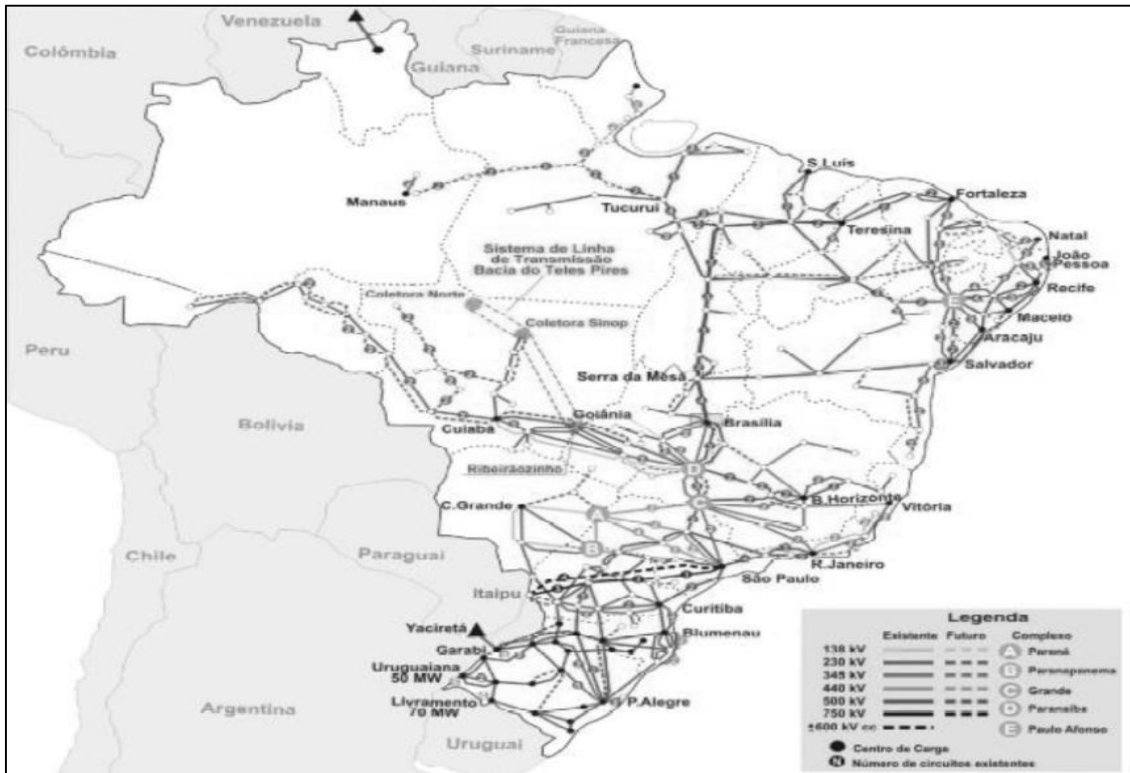
Segundo dados do Relatório de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de Sinop (EPE, 2010): “toda a energia produzida no país está integrada no Sistema Interligado Nacional (SIN), o qual tem a função de distribuir a energia para regiões onde há maior demanda, como as regiões sul e sudeste do Brasil lugar em que estão instaladas as principais atividades industriais” (EPE, 2010, p.37).

Esse sistema interliga todas as redes de distribuição de energia do país, onde a baixa produção de energia é causada pela estiagem, que reduz o nível de água nos reservatórios. Esse sistema transfere energia de regiões onde estão com maior produção resultante dos longos períodos de precipitações, como a Região Norte do País, na qual se encontra períodos mais longos de chuvas (SOUZA, 2017). A figura 2 mostra um mapa ilustrativo de como funciona o SIN.

Como maior financiador do setor, temos o Estado brasileiro, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Para Gonçalves (2007), o Estado brasileiro realiza o financiamento das obras sem proceder às devidas fiscalizações a respeito dos direitos das populações atingidas e os cuidados com o meio ambiente. “Ao firmar um contrato de apoio, havendo impacto ambiental, o Banco apresenta medidas que possam minimizar e mitigar os impactos, porém esses se mostram insuficientes nesse processo conflituoso”

(GONÇALVES, 2007, p.348). Logo, verifica-se o Estado brasileiro, concedendo bens públicos, como os nossos rios, às empresas privadas, com uma concessão de 30 anos, sem nenhuma responsabilidade com as populações locais.

Figura 2 – Mapa ilustrativo do Sistema Interligado Nacional – SIN no ano de 2015.



Fonte: EPE

No Brasil, não há política nacional que trata sobre os impactos desses empreendimentos sofridos pelas populações atingidas e pelo meio ambiente, enquanto isso, as populações locais, muitas vezes indígenas, ribeirinhas e camponesas, ficam à mercê dos interesses das empresas privadas que dominam o setor. A conquista de indenizações e/ou compensações das populações fica determinada pela capacidade de organização frente aos empreendimentos, portanto, só se concretiza a mediação por meio do conflito, e não pelo cumprimento da legislação por parte do Estado (MAB, 2013).

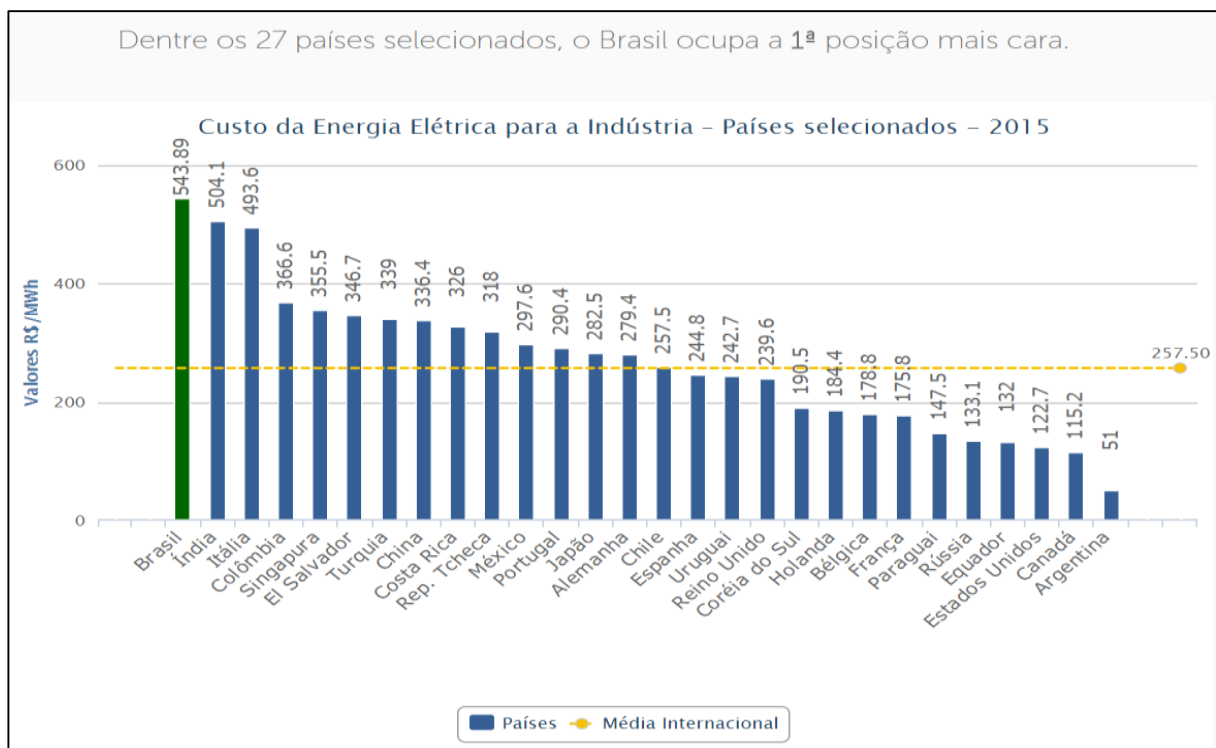
A partir da lógica capitalista, os recursos hídricos da Região Amazônica ainda são pouco explorados, e por isso defendem a construção de várias usinas hidrelétricas no mesmo rio com aproveitamento do mesmo curso d'água para obter várias vantagens econômicas para os grupos empresariais do setor elétrico.

Segundo Gonçalves (2015), a Amazônia tem matéria prima em abundância (água) com a maioria dos seus rios e nascentes no planalto central brasileiro, com desnível do sul para o

norte (rios Teles Pires, Juruena, Xingu, Araguaia, Tocantins e Tapajós e outros), assim como nas Cordilheiras dos Andes, de oeste para leste (rio Madeira, rio Solimões, que em território peruano tem outros nomes), que nascem em regiões altas e escorre, para a planície amazônica. O desnível acentuado, provocado pela geomorfologia fluvial dos rios da Amazônia, possibilita que as águas passam com maior velocidade nas turbinas e produza mais energia a um baixo custo de produção (GONÇALVES, 2015).

Ainda segundo Gonçalves (2015), a energia hidrelétrica é a que tem mais baixo custo de produção, quando comparada com outros modelos. Por outro lado, é vendida a um alto preço no mercado, porque ela é negociada na bolsa de valores no mesmo valor das outras fontes de energia (nuclear, termelétrica, dentre outras). Por isso a energia brasileira é uma das mais caras do mundo, conforme gráfico 1.

Gráfico 1: A posição do Brasil nos 27 países selecionados com energia mais cara no ano de 2015.



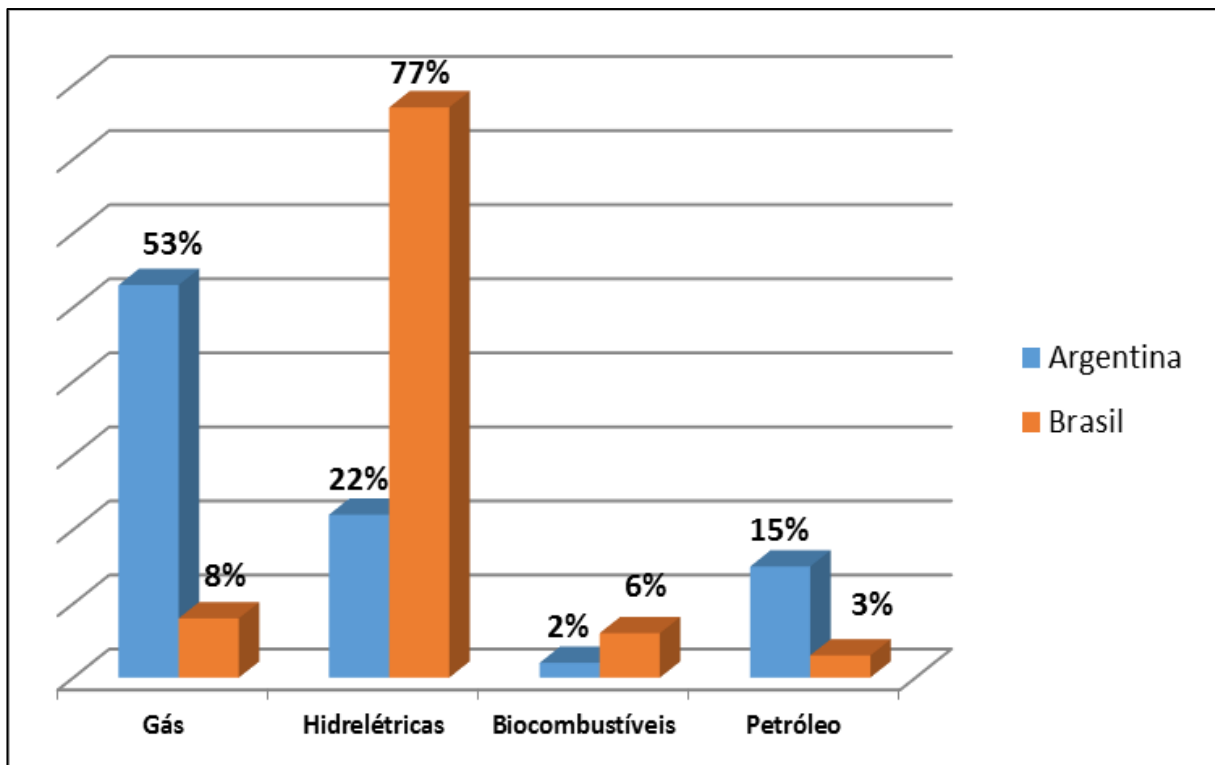
Fonte: FIRJAN, 2018

Pelos dados do gráfico, a Argentina tem o preço menor entre os 27 países. Pode-se perceber, conforme gráfico 2, que embora grande parte da matriz elétrica da Argentina seja oriunda de usinas termelétricas onde se tem maior custo de produção, por usar o gás importado da Bolívia, o preço final da energia elétrica para os consumidores se apresenta dez vezes menor que no Brasil, ou seja, com o valor de R\$ 51,00 MWh, ressaltando que a

produção hidrelétrica representa apenas 22% dentre as matrizes naquele país (GONÇALVES, 2015). Ao comparar a produção da energia elétrica no Brasil com outros países latino-americanos, ficam evidenciadas as contradições que permeiam o setor e o seu fortalecimento ao longo das diferentes políticas vinculadas à territorialização do capital.

Do mesmo modo, países com subutilização dos recursos hídricos para a produção hidrelétrica, como a Rússia, possui um preço final para o consumidor de R\$ 133,1, ou seja, valor que corresponde a 24,5% do que se paga no Brasil.

Gráfico 2 -Produção energética da Argentina e Brasil-2012.



Fonte: Agencia Internacional de Energia, 2016. Adaptado por SOUZA 2017

Diante de tais pressupostos, nos quais a maximização do lucro se coloca como ponto central da expansão do setor elétrico no país, segundo Souza (2017), cabe evidenciar algumas questões basilares, a saber:

- a) Grande parte dos consórcios, em suma, encabeçados por multinacionais, usufrui de vultosos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), de modo que o Estado se transfigura em importante mediador do capital.
- b) Historicamente a construção dos grandes projetos no Brasil, têm se constituído de forma obscura, uma vez que não há clareza nos critérios dos processos de regulação ambiental por parte das autarquias que regulamentam e regem sobre a temática ambiental (SOUZA, 2017, p.26).

Dentro do choque de interesses entre Estado, população local e hidronegociantes, não há um ponto fixo sobre o conceito de atingidos, pois este pode variar em função dos interesses envolvidos, resultando numa gama de conflitualidades, as quais ficam mais evidentes com o não reconhecimento dos direitos territoriais de determinadas populações, assim como o não pagamento de indenizações. Por fim, pensar o conceito de atingido traz, não só no plano intelectual, mas também no político, a discussão sobre o território, que se revela como arena.

A GLEBA MERCEDES E O CASO DOS ATINGIDO POR BARRAGEM

O assentamento Wesley Manoel dos Santos mais conhecido como Gleba Mercedes localiza-se poucos quilômetros das margens direita da MT 220 no sentido Sinop a Tabaporã, seguindo o leito do rio Teles Pires no município de Sinop/MT. Esse assentamento foi criado em 1997 no período do governo Fernando Henrique Cardoso, e recebeu esse nome por causa da empresa Mercedes Bens do Brasil S/A, essa empresa adquiriu uma grande extensão de terra num total de mais ou menos 500.000 mil hectares, essa terra foi adquirida como negociação para a empresa Mercedes Bens a vir se instalar no Brasil, aproveitando-se de umas das formas de ocupação das terras na região Amazônica a chamada colonização espontânea¹.

A Mercedes Bens nunca ocupou a área na região que, posteriormente, foi vendida a um particular. Uma destas áreas foi desapropriada pelo INCRA, mais especificamente a fazenda Sequoia, que veio a constituir-se o assentamento de reforma agrária Gleba Mercedes V. (PERIPOLLI, 2009). Cada um dos lotes, chamados de parcelas², num total de 500, têm 70 hectares cada um. O número de famílias assentadas, em 2008, era de 496 famílias. (PERIPOLLI, 2009).

O início de tudo, começou no final do ano de 1997 com um “chamamento” via rádio pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Sinop, requisitando interessados em a adquirir um lote no futuro assentamento e encaminhou à relação dos interessados ao INCRA em Diamantino/ MT. A maioria dos inscritos não tinha práticas de desenvolver atividades

1 Aquela formada por trabalhadores que partem “sem rumo” em busca de terra para trabalhar, sem a presença do Estado, leis.

2 Daí o termo *parceleiro*, aquele que detém uma parcela.

agrícolas, pois, eram funcionários de serrarias, vendedores ambulantes, trabalhadores das fazendas da região.

Os mais interessados, que era cerca de trinta e cinco famílias se organizaram com o apoio do sindicato dos trabalhadores rurais de Sinop, e um ano depois, essas trinta e cinco famílias, resolveram acampar no centro da Gleba, nas margens do rio Matrinchã, em barracos de lonas e, enquanto esperavam a repartição das terras, por parte do INCRA, plantavam algumas culturas de subsistência como mandioca, hortas e criavam seus pequenos animais para o consumo (entrevista com os assentados, Junho de 2014). A partir deste momento, os assentados começaram a trabalhar com os recursos que tinham em seus lotes. Segundo Peripolli (2009):

Devido à grande quantidade de madeiras nobres ali existentes. [...] a maioria das pessoas foi lá pra dentro do lote escolher, olhando pra cima, para ver a quantidade de madeira que tinha lá. (PERIPOLLI, 2009 p.172).

Como o recurso era pouco houve a venda dessa madeira de forma ilegal, pois ninguém tinha licença do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente). O recurso obtido com a venda da madeira foi usado para melhoria dos lotes, compra de materiais como caixa d'água, materiais de construção para construir as casas e os barracões, arames para a cerca etc.

Mas para gerir o território, recém conquistado, os assentados constituirão mecanismos de “território autônomo”, como uma alternativa de desenvolvimento. A autonomia constitui, no entender de Souza (2001), “a base do desenvolvimento, este encarado como processo de auto instituição da sociedade rumo a uma maior liberdade e menor desigualdade”.

O órgão que representa essa “autonomia” no assentamento é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pois esse órgão vem empenhando-se, junto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação Estadual de Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), instituições em que o Sindicato é filiado, o qual busca efetivar a regularização ambiental do assentamento.

Outra alternativa de organização que é encontrado no assentamento, ocorre por meio das Associações. Quando se iniciou a pesquisa foram identificadas 5 associações atuantes na comunidade, que trabalham individualmente em prol de interesses de cada local,

Então, estes sujeitos viram no assentamento a oportunidade de retorno às raízes vividas na infância, porém ao longo do processo de estruturação e organização de todo

assentamento, estes sujeitos passaram por diversas histórias de lutas, com conquistas, perdas, desilusões, angústias, dificuldades e alegrias.

No assentamento atualmente, está havendo um processo de reterritorialização do agronegócio, das pequenas propriedades de volta em latifúndio, para falar da reterritorialização do agronegócio, temos que analisar o conceito elaborado por Haesbaert (2004), que define que: “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2004, p.79). Desta maneira, o território emerge na sua condição desintegradora quando há interferência externa direta do capital, seja pela investida do agronegócio ou como descreve Mendonça (2011) como a monopolização da água realizada pelos grandes grupos financeiros, industriais capitalistas.

Há poucos pioneiros no assentamento, muitos já cansados de esperar por políticas públicas que auxiliem na geração de renda de seus lotes, cansados das dificuldades em ir e vir ao centro da cidade, da precariedade das estradas, da falta de acesso às linhas de crédito, falta de resultado nos projetos formulados por Associações, Sindicatos, Secretarias de agricultura e de meio ambiente, falta de acompanhamento e assistência técnica e falta de informação, motivos apontados como centrais para a desistência dos lotes e a migração para os centros urbanos.

Percebe-se que a produção de alimentos para a subsistência familiar, tem diminuído muito nos últimos anos. Os assentados mais antigos comentam que aproximadamente uns cinco anos atrás era possível encontrar várias parcelas em que se cultivava arroz, feijão, milho e outros alimentos para o sustento da família e dos animais. Geralmente as sementes destas famílias eram crioulas, guardadas de um plantio para o outro. Agora, porém o agronegócio vem invadindo o assentamento. Muitas famílias têm arrendado suas parcelas para o plantio de soja e milho.

Analisando a produção do assentamento, nos revela outro caso preocupante, o cultivo de alimentos somente para a subsistência da família está ficando inviável, a falta de renda e falta de projetos que viabilizassem a agricultura familiar foi o principal motivo que fez com os moradores do assentamento comesçassem a arrendar suas parcelas, pois viam no arrendamento uma fonte de renda para a família, já que ele mesmo não tinha acesso às linhas de crédito para cultivar sua terra.

O agronegócio e suas consequências, como o uso intensivo de agrotóxicos, o desmatamento, a contaminação dos rios e córregos, entre outras consequências, é um tema

preocupante, pois não foi constatado nenhuma discussão sobre agroecologia no espaço familiar ou escolar, isso acaba passando para os alunos e para a comunidade a impressão de que a invasão do agronegócio é um fato natural e deve ser aceito.

A atividade da pecuária, como a compra e venda de gado de corte, é ainda o que movimenta a renda da maioria das famílias, era a garantia do pagamento dos fomentos e PRONAF, mas a partir do ano de 2007, por meio de uma iniciativa dos membros de uma associação do assentamento, iniciou-se também a comercialização do leite. Antes o leite era usado para subsistência familiar e para fabricação de queijo que era vendido na cidade.

Apesar dos produtores ainda estarem desanimados, com o baixo preço pago pelo litro de leite e a falta de financiamento para melhorar o plantel de vacas, percebe-se que o gado leiteiro vem auxiliando também na renda de várias famílias assentadas.

É possível encontrar aproximadamente dez tanques resfriador espalhados no assentamento, atualmente o leite é recolhido pelo laticínio COOPERNOVA (cooperativa do município de Terra Nova do Norte).

O INCRA que o órgão responsável pelo assentamento nunca realizou nenhuma obra de infraestrutura nesse assentamento. Segundo relatos dos assentados, as estradas de dentro do assentamento, são as mesmas utilizadas pelos madeireiros, que exploram a madeira durante a formação do assentamento, que no período das chuvas (dezembro a maio) algumas estradas ficam intransitável impossibilitando os moradores de se locomoverem.

Há pouco tempo que o assentamento possui energia elétrica, que só foi adquirido por meio de programas do governo como o “Programa Luz Para Todos” do Governo federal. E os poucos créditos que tiveram acesso, foram conquistados por meio de muita luta, (trancando rodovia e ocupando bancos) só foi para construir a moradia e investir na infraestrutura básica da propriedade, como na construção de cercas, galpões etc. E não foi o suficiente para investir na produção.

Hoje o assentamento possui vários lotes pertencente a um proprietário que está registrado em nome de “laranja” para fugir da fiscalização (o INCRA só permite o registro do lote no único CPF), retornando à característica de um latifúndio.

O assentamento desde a sua origem foi abandonado pelas políticas públicas do Estado, não havendo incentivo e nem financiamentos para melhorar a infraestrutura e a produção. As estradas, sempre mal conservadas, além da distância do assentamento da sede do município (95 km distante do centro da cidade de Sinop) propicia para que muitos vendem seus lotes a preço baixo e se mudassem para cidade ou para outra região. Nesse sentido o assentamento pouco a pouco vem sendo engolido por grandes áreas destinados a pecuária ou para lavoura

de soja e de milho, que já fazem parte da paisagem local, descaracterizando o perfil dos assentamentos da reforma agrária.

O assentamento Wesley Manoel do Santos (Gleba Mercedes) vem enfrentando um novo processo de desterritorialização, devido a construção da usina hidrelétrica no município de Sinop (UHE Sinop), inserindo-se assim o território no sistema capitalista, que se manifesta na precarização e falta da presença do Estado na negação de seus direitos sociais, com o repasse de terrenos públicos para as grandes empresas e sua apropriação sobre os recursos dispostos no espaço. Tornando-se essencial para compreender as condições de desapropriação e perda de meios de sobrevivência dos assentados atingidos pela UHE Sinop.

A construção dessa usina, atingiu cerca de 240 famílias do assentamento (segundo o cadastro sócio econômico fornecido pela CES empresa responsável pelas obras da UHE Sinop), causando impactos no seu modo de vida, nos espaços de cultura, lazer e esporte e a perda de valores simbólicos material e imaterial.

O medo da perda, que é um fato típico dos impactados por esse tipo de empreendimento, fez criar um processo de mobilização e resistência para a garantia dos direitos dos assentados atingidos, tanto na forma de criação a princípio da Comissão de atingidos, como também na atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, para pensarem juntas nas consequências e impactos que a construção da usina causará aos assentados. (MAB, 2013).

A mobilização e a resistência, faz com que as famílias atingidas da Gleba Mercedes, a se organizarem no Movimento dos Atingidos por barragens –MAB.

Essa movimento tem a missão de organizar as famílias atingidas por barragens no Brasil, vem realizando trabalhos desde a segunda metade dos anos 1970³ quando agricultores da região de Itaipu, em Itaparica (Bahia), em Tucuruí (Pará), na Bacia do rio Iguaçu (Paraná), no vale do Jequitinhonha (MG), no Xingu (Pará), na Bacia do rio Uruguai (RS/SC), um pouco por toda parte onde se constroem ou se projetam hidrelétricas, grupos sociais e povos indígenas prejudicados têm resistido e levantado as mais diversas reivindicações, e se mobilizaram por melhores indenizações e reassentamentos. (MAB, 1996)

³Segundo Vainer, 2009 “existem algumas referências acerca da existência de manifestações de resistência à construção de barragens nos anos 40 e 50 (Soares, 1998), mas é inquestionável que os sinais mais fortes de movimentos coletivos organizados datam do final dos anos 70”. Por isso a opção em iniciar a contextualização a partir da década de 1970.

Desde então a atuação do MAB na Gleba Mercedes é desenvolver ações de defesa dos direitos humanos e socioambiental, porque varios direitos humanos na construção de barragens são sistematicamente violados, à saber:

Direito a informação e a participação: Um dos direito que é negado aos atingido no começo de qualquer empreendimento hidroelétrico, é o direito à informação e a participação, issoacontece, pelo fato de que a empresa não dão esclarecimentos acerca de algumas informações referente algum impacto, exemplo disso, é o remanejamento dos atingidos para o reassentamento e a recontituição da malha viária do assentamento. A empresa já apresentou um mapa da suposta nova malha viaria, mas que não deu nenhuma alternativa de escolha por parte dos assentados, por onde irá passar a nova estrada. O atingido tem direito de escolher e participar de decisões de seu interesse ou da comunidade impactada.

Há pouco esclarecimento por parte da empresa de informações de quando vai começar a construir as novas estradas e nem e os locais exatos dos trajetos. Informações ainda não claras a cerca das idenizações das benfeitorias e das produções agricolas dos atingidos. O caderno de preço, que um documento que mostra os parâmetros de idenização pela benfeitoria, apresentou preços muito abaixo do mercado para aquela região causando revolta em alguns atingidos.⁴

Direito de ir e vir: Com o enchimento do lago da UHE Sinop, houve interferências em 12 pontos na a malha viaria do assentamento que mudou toda a logistica dessa comunidade. Essas interferências, aumentou em mais de 30 km no trajeto dentro do assentamento, onde algumas famílias ficaram separadas pelo espelho d'água que o lago irá formar, mudando a paisagem e as rotas comuns no assentamento.

Há famílias que foram atingidos, precisa dar uma volta de mais de 10 km para visitar familiares que fica do outro lado do rio Matrinchã, com o enchimento do lago da usina, esse rio subiu mais de 10 m de altura, criando um pequeno lago, separando os familiares. Essas família para as suas atividades agricolas, divide um trator na lida do campo, com a formação do lado o rio Matrichã juntamente com a estrada e a aponte que liga as duas propriedades desapareceu ficando sumersa, separando-as. As famílias atingidas por empreendimentos hidrelétricos, passar por perdas de natureza afetiva, material e imaterial, havendo uma transformação no seu ambiente social, econômico e nas relações familiar.

Desse modo, as perdas refletem de alguma forma no assentamento, como a perda do **modo de vida e os laços de solidariedade social ou comunitária**, separando os laços

⁴ Informações extraído dos relatórios de reuniões entre CES e atingidos, cedidos por MAB/MT, realizado nos dias 04 Junho de 2015; 14 de Setembro de 2016 e 08 de dezembro de 2017. E de visitas a campo.

afetivos e de vizinhança de uma boa parte dos assentamentos, por que uma parte foram para o reassentamento e outra ficaram nas áreas que não foi inundada ou em áreas remanescente que restaram, provocando a perda do território, a perda dos modos de vida e os laços de solidariedade social ou comunitária

Perdas dos espaços de lazer e de esporte: um exemplo de perdas de espaços de lazer, é a prova de laço, que é um esporte que teve as suas origens no sul do país. Esse esporte agitava alguns finais de semanas (por que sempre há algumas competições entre jovens do local, por apenas brincadeiras), mas o evento principal é realizado todo ano geralmente no mês de outubro, esse evento é o que paralisa o assentamento, atraindo pessoas da cidade (Sinop) e de outras cidades vizinhas.

Pois a área onde acontecia o evento, foi inundado com o enchimento da barragem, desaparecendo, isso de certa forma impactou a vida cultural do assentamento, inviabilizando a expressão cultural dessa comunidade. Não havendo mais festa e torneios, com isso pode desestruturar a comunidade nos laços de cooperação e ajuda mútua na organização desse evento.

Outro local de impacto no espaço de lazer é o rio Matrinchã, esse rio antes do enchimento do lago da usina era de águas calma e grande parte rasa, onde os moradores da comunidade vinham nos finais de semana banhar-se e pescar com as suas famílias. Esse rio com o enchimento do lago foi inundado, modificando a paisagem local e retirando os espaços de lazer dessa comunidade, hoje esse rio transformou-se num lago de água parada, e com mal cheiro pois a empresa não suprimiu totalmente a vegetação que resultou numa grande mortandade de peixes provocado provavelmente na falta de oxigenação da água.

Perda dos espaços de formação: No Assentamento Wesley Manoel dos Santos, encontra-se duas Escolas que atendem estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio. Apenas em 2009 as duas Escolas que funcionam dentro do assentamento foram desvinculadas de uma escola urbana.

Analisando a vida escolar, e conversas com professores e diretores das duas escolas, pude perceber que a metodologia em sala de aula, a maneira de avaliar os alunos, a relação escola e comunidade, e iguais ao urbano, apenas o calendário tinha pequena diferenciação.

Percebe-se então que o método de educação nessas escolas, apesar de elas serem localizadas na zona rural, é uma educação urbana sem nenhum procedimento metodológicos voltada para a educação do campo.

A Escola Municipal Walmor Copatti é umas das escolas localizado no núcleo urbano denominado Campos Novos, é a que sofreu maior impacto após a transferência dos atingidos para o reassentamento.

Pois essa instituição de ensino, segundo informações dos próprios professores e da coordenação, perdeu aproximadamente 50% dos seus alunos, e houve também uma queda no quatro de professores. Os fatores que levaram a isso são:

1) há vários pais de alunos que seus lotes foram inundados pela usina saíram para o reassentamento levando seus filhos consigo.

2) as mudanças das malhas viárias do assentamento também dificultaram o deslocamento desses alunos à escola, pois muitos alunos dão uma volta de mais de 30 km para ir à escola optando para estudar na outra escola que situa em outra região do assentamento que não foi impactada pela usina.

3) há quatro professores da escola que seus lotes foram alagados pela usina, sendo que, três deles foram para o reassentamento ou para a cidade e não irão mais ministrar aulas nessa escola, já que todo os professores da escola são moradores do assentamento houve uma perda do quatro de professores da escola. A escola já sofre com a falta de professores qualificados de cada área do ensino, um exemplo disso é o fato da professora que leciona a disciplina de Geografia ser formada em pedagogia.

Há também a perda da renda/atividade econômica: há um agricultor que mora no assentamento, tem uma plantação de banana, onde montou uma pequena agroindústria de produção de balas de bananas, pois a sua maior preocupação é perder a sua atividade econômica, porque uma parte dos seus bananais também foi inundados pela barragem.

Perda do valor simbólico de vida: há muito famílias de agricultores que foram realocados para o reassentamento, lamentam ter que sair e começar tudo de novo nessa nova terra, fazer a casa de novo, plantar as mudas de frutas que já estão produzindo a tempos de novo. Segundo VAINER, (2002), a implantação de uma barragem implica, via de regra, processo complexo de mudança social, que envolve deslocamento compulsório de população e alterações na organização cultural, social, econômica e territorial de uma região dependente de níveis econômico ali já desenvolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa é uma reflexão sobre a materialização do modelo energético brasileiro e juntamente com o desenvolvimento do agronegócio e suas consequências na bacia do rio Teles Pires. Buscou-se mostrar um balanço da construção de hidrelétricas nesta região a partir da construção da UHE Sinop. São também uma sistematização das questões centrais que envolvem a construção de hidrelétricas na região norte do estado de Mato Grosso. Estas obras de geração de energia, que foram anunciadas há 30 anos e que paulatinamente estão sendo construídas na região estão a serviço de quê e para quem?

Analisando a atual problemática, percebe-se que toda a energia produzida em nossa região tem como destino abastecer as grandes indústrias das regiões sul e sudeste do país. E nós ficamos só com os impactos socioambientais. Preço esse que das indenizações e compensações não pagam.

Usando o método de pesquisa participativa e diálogos direto com objeto pesquisado percorri os caminhos e as trilhas dentro do assentamento da Gleba Mercedes para acompanhar os debates e as discursões em relação as consequências da implantação de um empreendimento hidroelétrico dessa comunidade rural. Como as indenizações das benfeitorias; a polêmica dos baixos preços do caderno de preço; as reuniões da empresa com os atingidos (que no final terminavam com os ânimos exaltados por parte dos atingidos por não avançar em nada); os processos de luta para a garantia de seus direitos. Isso tudo serviu para entender os processos e os fenômenos da desterritorialização do homem do campo.

A pesquisa participativa possibilitou também acompanhar mais de perto a realidade das famílias atingidas que vivem e trabalham no campo, o cotidiano dos sujeitos da pesquisa (professores, alunos, assentados atingidos) possibilitou mostrar, um pouco de como vivem esses trabalhadores rurais. E permitiu compreender melhor como se materializa na prática, a penetração do capitalismo no campo, e os processos de desterritorialização, sejam ele pelo agronegócio, já introduzido no assentamento, ou pela introdução hidronegócio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BARBOSA, Neurozito F. A Produção do Espaço Mato-Grossense. Departamento de Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso. **Cartilha do grupo de estudos em questões territoriais do Estado de Mato Grosso**, n. 16, Cuiabá, 1988.

BLOEMER, Neusa Maria S. **A hidrelétrica de Campos Novos: camponeses, migração compulsório e atuação do setor elétrico**. In: REIS Maria José e BLOEMER, Neusa Maria S. (org.). Hidrelétricas e populações locais, Santa Catarina: UFSC, 2001.

BRASIL. Ministérios de Minas e Energia (MME). **Plano de Desenvolvimento Econômico – PDE 2014-2023**. Brasília, 2014.

CORRÊA, R. L. **Territorialidade e corporação: um exemplo**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. De.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território – Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996, 332, p. 251 – 256.

ELETOBRAS, **Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Teles Pires**, 2005.

_____. AAI. **Avaliação Ambiental Integrada da Bacia Hidrográfica do rio Teles Pires**, 2008.

Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE). **Hidrelétricas em estudo, construção e operação na Amazônia: fotos**. In: HARDMOB, 2016. Disponível em: <https://www.hardmob.com.br/threads/636861-Hidreletricas-em-Estudo-Construcao-e-Operacao-na-Amazonia-FOTOS>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. EIA/UHE Sinop. **Estudo de Impacto Ambiental da UHE Sinop**, 2014

_____. RIMA/UHE Sinop. **Relatório de Impacto Ambiental da UHE Sinop**, 2010

FIRJAN. **Custo de energia elétrica para a indústria: países selecionados**, 2015. In: ADELSONLINE. Quanto custa a energia elétrica para a indústria brasileira? Disponível em: <https://adelsonline.wordpress.com/2015/06/26/quanto-custa-a-energia-eletrica-para-a-industria-brasileira/>. Acesso em: 02 Mai. 2018.

FONSECA, Gizelle P.S. **Análise da Poluição Difusa na Bacia do rio Teles Pires**. SEMA-MT, 2006. Disponível em: <https://www.sema.mt.gov.br>. Acessado em 05 de jul. de 2019.

GONÇALVES; Dorival Junior, **“Os impactos das UHE’s na bacia do rio Teles Pires”** (Palestra), Auditório da UNEMAT Campus de Alta Floresta/MT: Alta Floresta-MT, 04 nov. de 2015.

GONÇALVES; Dorival Junior. **Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pelas “fontes” e o controle dos excedentes.** 2007. 431 f. Tese (Doutorado em Energia) – Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). **Estimativa da População do ano de 1996.** Disponível em:

<http://cidades.ibge.gov.br/php?lang=&coduf=51&codmun=510790&idtema=3&codv=v80&search=mato-grosso|sinop|estimativa-da-populacao-1996>. Acesso em: 30 de Mai. de 2017.

_____. **Estimativa da População do ano de 2018.** Disponível em:

<http://cidades.ibge.gov.br/php?lang=&coduf=51&codmun=510790&idtema=3&codv=v80&search=mato-grosso|sinop|estimativa-da-populacao-2008>. Acesso em: 30 de Mai. de 2017.

KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira,** UFPA. Universidade Federal do Pará. Estudos Avançados. n. 16, 2002.

LEITÃO, Thais. **Amazônia Legal concentra quase metade de toda a água subterrânea potável do país.** *In:* Agência Brasil, 1 de jan. 2011. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-06-01/amazonia-legal-concentra-quase-metade-de-toda-agua-subterranea-potavel-do-pais>. Acesso em 22 nov. 2018.

MENDONÇA, M. R. **Água x Hidronegócio: territórios em disputas nas áreas de cerrado em Goiás.** *In:* XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina: Estableciendo puentes en la Geografía latino América. Costa Rica, 2011. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egall1/Procesosambientales/Usoderecursos/05.pdf>. Acesso em: 01 de nov. 2018.

MME - Ministérios de Minas e Energia - **Plano de Desenvolvimento Econômico - PDE 2014-2023** - Brasília, 2014

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla/1892-1992**. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB **Cartilha nº 08 de 2013**. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br>. Acesso em 21 de Marc. 2019.

_____. **Cartilha nº 04 de 1996**, disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em 12 de Mar. 2019.

PASSOS, M. M. **Amazônia: teledetecção e colonização**. São Paulo: Unesp, 1999.

PERIPOLLI, Odimar J. **Expansão do Capitalismo na Amazônia Norte Mato-Grossense: a mercantilização da terra e da escola**. Tese de Doutorado. Porto Alegre, 2009.

PICHININ, Erica dos Santos; SOUZA, Reginaldo José de. **O avanço da fronteira agrícola no norte de Mato Grosso: algumas reflexões sobre os impactos socioambientais**. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - FCT/UNESP. Revista Formação. n. 14. v. 02, p. 70-79, 2006. Presidente Prudente.

PICOLI, Fiorelo. **Amazônia e o capital: uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira**. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

_____. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

SANTOS, J. V. T. **Matuchos: Exclusão e luta - do Sul do Pará à Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, Rozivaldo Barros de. **Movimentos Socioterritoriais e o Hidronegócio em Sinop:** Um estudo de caso dos atingidos por barragens da Gleba Mercedes. 2017. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, Colíder/MT, 2017.

VAINER, Carlos B. **Águas pra a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil.** In: Acelrad, Henri. *Justiça Ambiental e Cidadania.* Relume Dumará, Fundação Ford, 2009.

Informações sobre o autor:

Rozivaldo Barros de Souza

Mestre em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Militante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Professor da rede pública de ensino do município de Matupá/MT, rozivaldo84@gmail.com
ORCID: 0000-0003-1014-5206

Artigo recebido em 31/05/2020 e aceito em 04/06/2020